

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 183 – 25/01 à 29/01/2021

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do Mercado de Trabalho*

Destaque da Semana

[Brasil encerra 2020 com saldo positivo na geração de empregos formais](#)

Ministério da Economia - 28/01/2021

O resultado de -67.906 vagas no saldo de empregos de dezembro de 2020 do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) é mais um indício da recuperação acima das expectativas da economia brasileira. Isso porque o saldo do mês, devido à sazonalidade, é tradicionalmente negativo, muito superior, por exemplo, ao encontrado no mês de dezembro em outros anos. Em dezembro de 2019, por exemplo, foram fechadas 307.311 vagas. Trata-se do melhor saldo desde 1995.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[STF realiza nesta segunda \(1º\) sessão solene de Abertura do Ano Judiciário de 2021](#)

Supremo Tribunal Federal - 31/01/2021

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, conduzirá nesta segunda-feira (1º), às 10h, a sessão solene de Abertura do Ano Judiciário de 2021, que será realizada em formato híbrido, ou seja, virtual e presencial. Apenas as autoridades da Mesa de Honra e ministros do STF deverão estar presentes no plenário. As demais autoridades, jornalistas e outros interessados poderão acompanhar ao vivo pela [TV Justiça](#), pela [Rádio Justiça](#) e pelo [canal do STF no YouTube](#).

[Mantida validade de norma do CNJ sobre suspensão de prazos na pandemia sem autorização judicial](#)

Supremo Tribunal Federal - 29/01/2021

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve a validade de norma do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que autoriza a suspensão de prazos processuais, sem a necessidade de autorização do magistrado, caso não seja possível executar atos de defesa que exijam coleta prévia de elementos probatórios por advogados, em razão da pandemia. Em decisão que negou seguimento (julgou incabível) ao Mandado de Segurança (MS) 37165, impetrado pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região (Anamatra-10), o ministro afirma que a norma não interfere na atuação jurisdicional dos magistrados nem fere direito líquido e certo da categoria.



Notícias do Executivo

[Prazo para pagamento do Simples Nacional é estendido até 26 de fevereiro](#)

Ministério da Economia - 29/01/2021

Os membros do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) decidiram prorrogar, excepcionalmente, o prazo para o pagamento dos tributos apurados pelo Simples Nacional relativos ao período de apuração janeiro de 2021. A data de vencimento, que originalmente seria 20 de fevereiro de 2021, passa a ser 26 de fevereiro, conforme Resolução do Comitê Gestor nº 157, de 28 de janeiro de 2021.

[Medidas econômicas adotadas durante a pandemia melhoraram expectativas para o PIB em 2020, afirma SPE](#)

Ministério da Economia - 29/01/2021

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia (SPE/ME) divulgou, nesta sexta-feira (29/1), [nota informativa](#) com projeções de crescimento econômico e medidas fiscais. A análise destaca que as medidas adotadas pelo Brasil para mitigar os efeitos da pandemia da Covid-19 reverteram as expectativas de queda para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 para níveis menos críticos.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Resultado de reunião pública vai nortear atuação do MPT no combate ao racismo](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/01/2021

O Ministério Público do Trabalho (MPT) pautará suas atividades de promoção de igualdade de oportunidades e de combate à discriminação racial no mercado de trabalho, com base nas sugestões da reunião pública, realizada em novembro do ano passado. O encontro teve como propósito analisar as demandas para a elaboração conjunta de ações. As propostas, listadas em ata, serão adotadas principalmente pela Coordenadoria Nacional de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade (Coordigualdade).

[Trabalho escravo e aliciamento e tráfico de trabalhadores motivam mais de 6 mil denúncias ao MPT nos últimos cinco anos](#)

Ministério Público do Trabalho - 26/01/2021

Nos últimos cinco anos (2016-2020), o Ministério Público do Trabalho recebeu um total de 6.056 denúncias relacionadas aos temas trabalho escravo e aliciamento e tráfico de trabalhadores. Neste período, tais violações motivaram a abertura de 3.189 inquéritos civis para apurar os fatos denunciados. Os números foram extraídos do sistema MPT Digital e mostram também que, desde 2016 até o final de 2020, a instituição emitiu 86.783 despachos referentes ao trabalho escravo e ao aliciamento e tráfico de trabalhadores, além de ter expedido 68.654 documentos, entre notificações, ofícios e requisições a respeito destas irregularidades. Ainda foram firmados 1316 termos de ajustamento de conduta e ajuizadas mais de 500 ações acerca do assunto, pelo órgão.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[SINAIT pede ao ME e à Casa Civil prorrogação de prazos para contribuições às consultas públicas e convida Auditores-Fisc](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 29/01/2021

O presidente do SINAIT, Bob Machado, solicitou ao Ministério da Economia e à Casa Civil da Presidência da República prorrogação de prazos para o envio de contribuições às Consultas Públicas de números [02/2021](#), [03/2021](#) e [Minuta de Decreto](#). Os pedidos do Sindicato Nacional foram protocolados como [Carta SINAIT nº 15/2021](#) e [Carta SINAIT nº 16/2021](#), nesta quinta-feira, dia 28 de janeiro, no Ministério da Economia e na Casa Civil da Presidência da República. Em função da importância dos temas para a categoria, o Sindicato Nacional convida os Auditores-Fiscais do Trabalho a contribuir com as consultas públicas.

[Trabalho escravo – Quase mil trabalhadores foram resgatados em 2020](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 27/01/2021

Mesmo diante de uma situação inédita e obscura vivida por todos no mundo inteiro em 2020, Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o Brasil continuaram atuando para garantir proteção e segurança aos trabalhadores que não puderam ficar em casa. As ações de fiscalização de combate ao trabalho escravo seguiram seu curso. Foram realizadas 266 operações em 20 estados e no Distrito Federal. No ano atípico, foram resgatados 942 trabalhadores submetidos a condições análogas às de escravos.

Outras Notícias

[Empresa consegue isenção de pagamento de vale-transporte a empregada](#)

Consultor Jurídico - 30/01/2021

A juíza Daniela Meister Pereira, da 1ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, isentou uma empresa de comércio alimentícios de pagar vale-transporte em uma reclamação trabalhista apresentada por uma empregada que alegava a necessidade de utilizar transporte coletivo para se deslocar até o local de trabalho. A defesa da empresa comprovou que a residência da trabalhadora indicada na inicial fica a cerca de 1,6km do local de trabalho. Além disso, não existe transporte público entre a residência da autora e a sede da empregadora.

[O princípio da proporcionalidade na vacinação pelas empresas](#)

Consultor Jurídico - 28/01/2021

Vários são os questionamentos no que se refere à (im)possibilidade de o empregador exigir a vacinação de seus empregados. Para respondê-los, três diferentes fatos devem ser considerados, para que posteriormente seja levado a efeito o uso da melhor hermenêutica, a fim de ditar os passos da interpretação constitucional.

[Banco do Brasil deve permitir inspeção sanitária em agências do DF, decide juíza](#)

Consultor Jurídico - 27/01/2021

Ações e serviços públicos de saúde integram uma estrutura descentralizada e regionalizada. Nestes casos, a competência é concorrente para garantir que todos os entes federativos cuidem da saúde da população. Com esse entendimento, a juíza Larissa Lizita Lobo Silveira, da 2ª Vara do Trabalho de Brasília, determinou que o Banco do Brasil se abstenha de proibir ou dificultar que o ambiente das agências seja fiscalizado pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest).

[Conflito sobre documento laboral é de competência da Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 26/01/2021

Divergências quanto a possíveis erros ou omissões em documentos laborais devem ser resolvidos na Justiça do Trabalho. Esse foi o entendimento da 6ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária da Bahia ao julgar improcedente uma ação que questionava informações de um perfil profissiográfico previdenciário (PPP). O PPP, emitido pelo empregador, assinala o histórico do trabalhador, seus dados e registros. O autor pediu a revisão do cálculo de sua aposentadoria, com a justificativa de que o documento apresentado teria desconsiderado períodos em que trabalhou exposto a agentes nocivos, em extrações da Petrobras.

[Mulher será indenizada por problemas psiquiátricos decorrentes do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 26/01/2021

A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou uma seguradora de viagens ao pagamento de indenização a uma operadora de atendimento receptivo que desenvolveu problemas psiquiátricos que resultaram na sua incapacidade para o trabalho. Entre outros fatores, contribuiu para o quadro o fato de ter de lidar com imagens de acidentes fatais.

Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME N° 14, DE 26 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 27/01/2021 Seção I Pág. 19) - Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19, relacionadas ao processo de cadastramento de aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis;

[PORTARIA ANPD N° 11, DE 27 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 28/01/2021 Seção I Pág. 03) - Torna pública a agenda regulatória para o biênio 2021-2022.

[RESOLUÇÃO N° 1, DE 28 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 29/01/2021 Seção I Pág. 08) - COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE - Altera a Resolução n° 04 de 18 de abril de 2007, que pactua os procedimentos a serem adotados para a emissão da Carteira do Idoso;

[RESOLUÇÃO CGSN N° 157, DE 28 DE JANEIRO DE 2021](#) (DOU de 29/01/2021 Seção I Pág. 21) - Dispõe sobre a prorrogação de prazo de pagamento de tributos no âmbito do Simples Nacional;

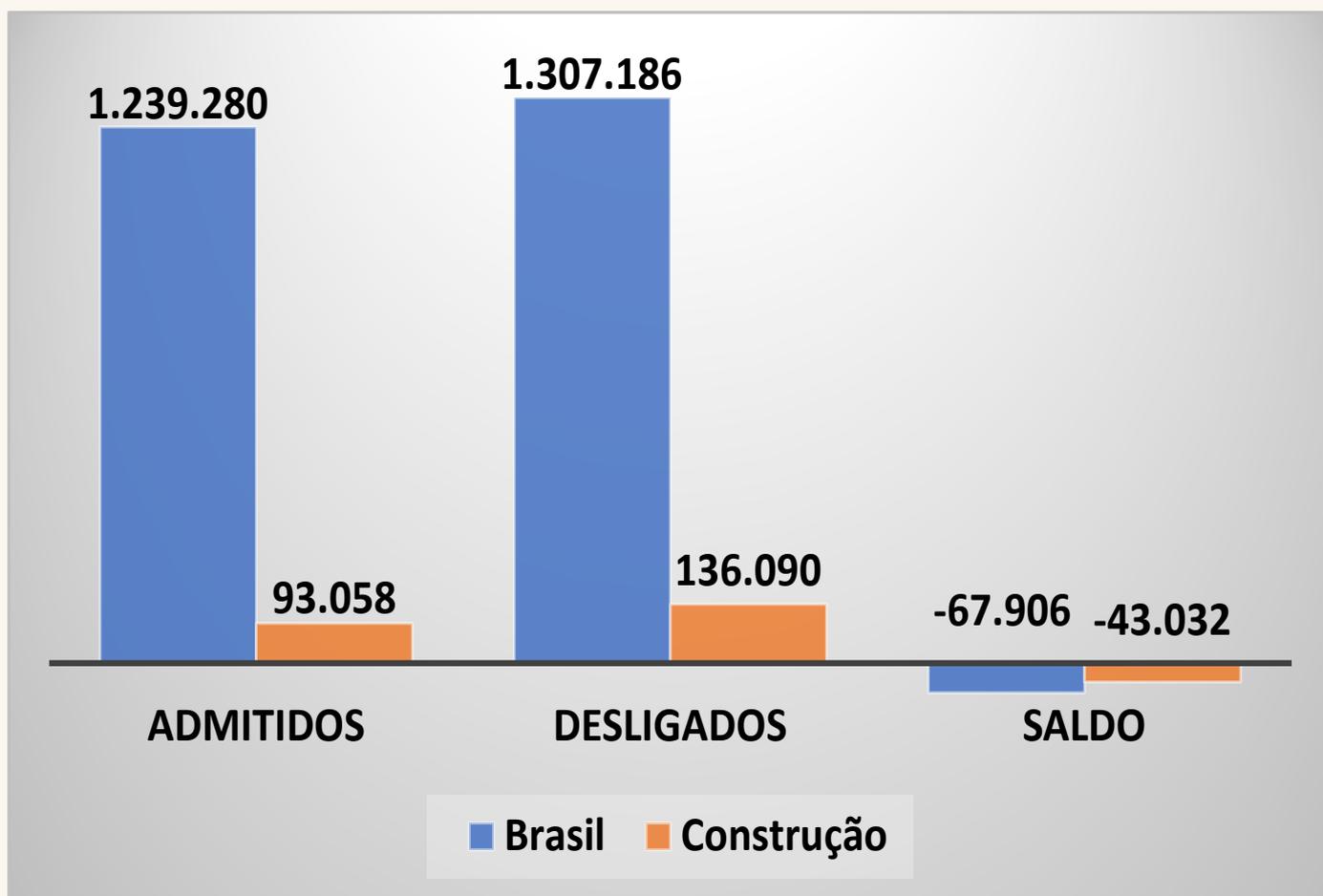


Dados estatísticos de Fiscalização

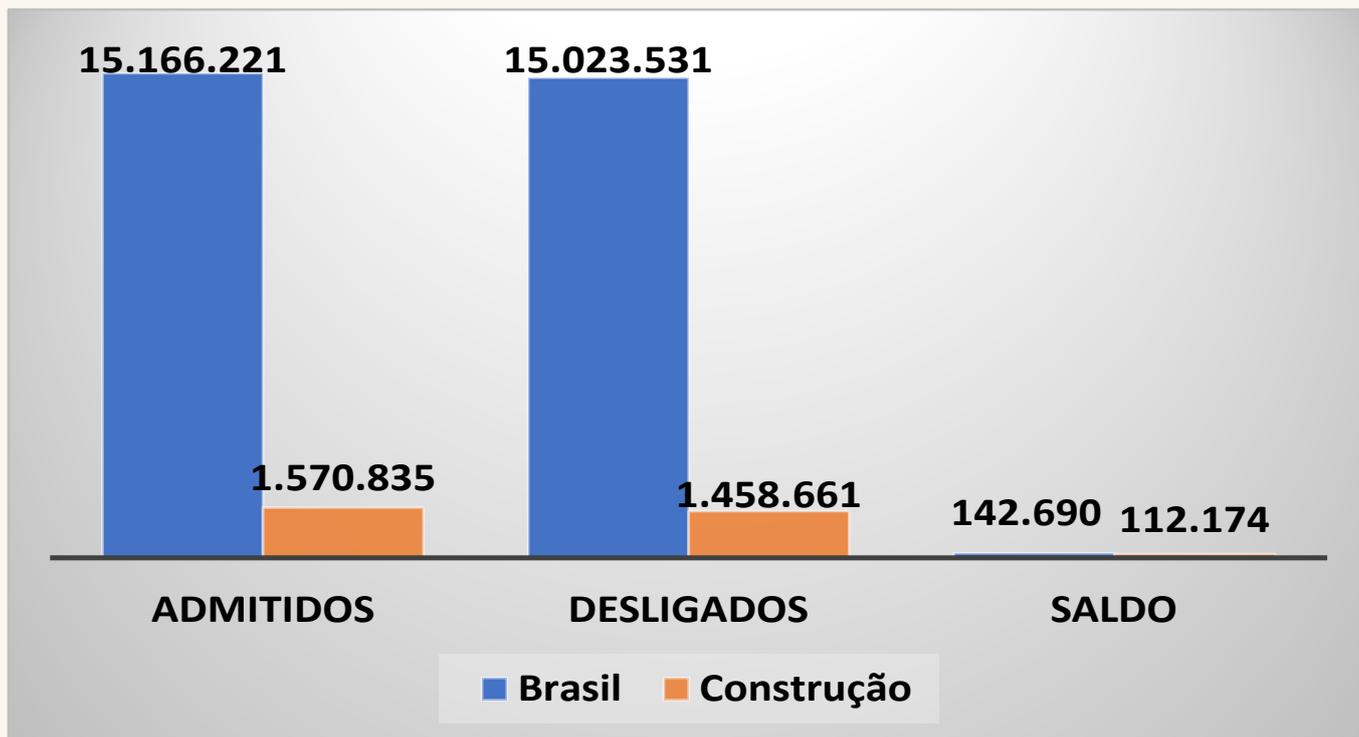
Informações do setor da Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) referente ao mês de dezembro de 2020 extraídas do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério da Economia (ME) e comparativo com o acumulado do ano:

*Dados com ajustes declarados até dezembro de 2020

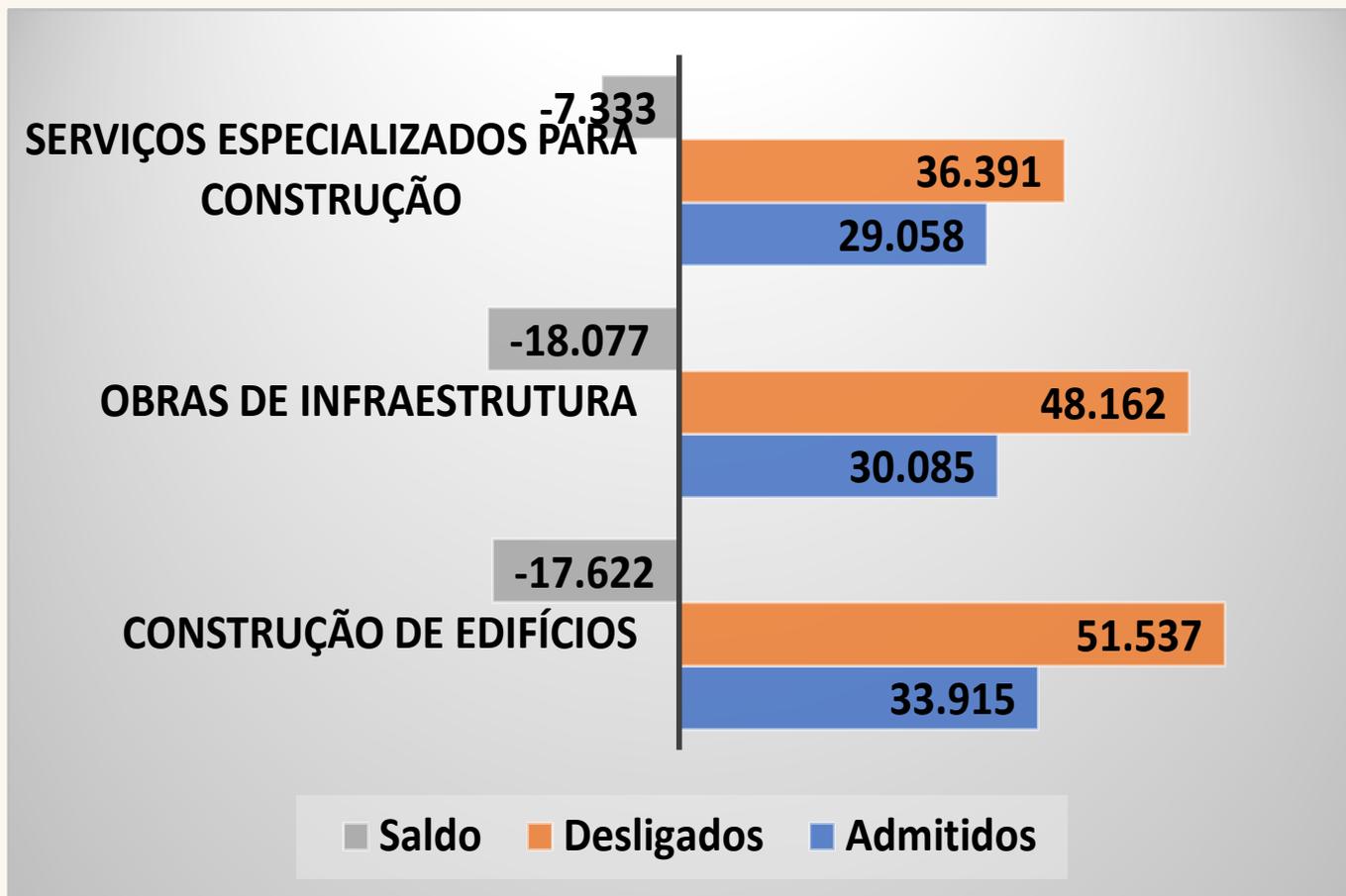
Saldo da Geração de Emprego na Construção (Dezembro 2020)



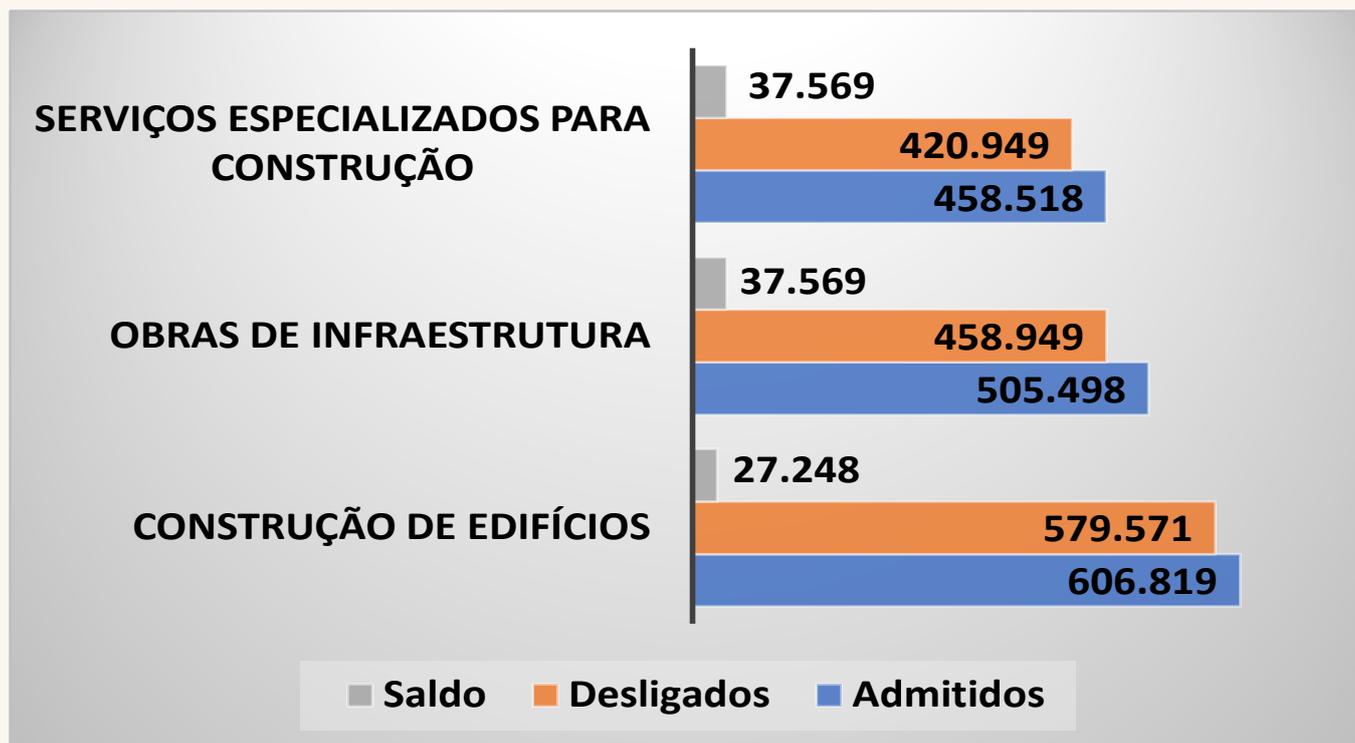
Saldo da Geração de Emprego na Construção (Acumulado – Jan/Dez 2020)



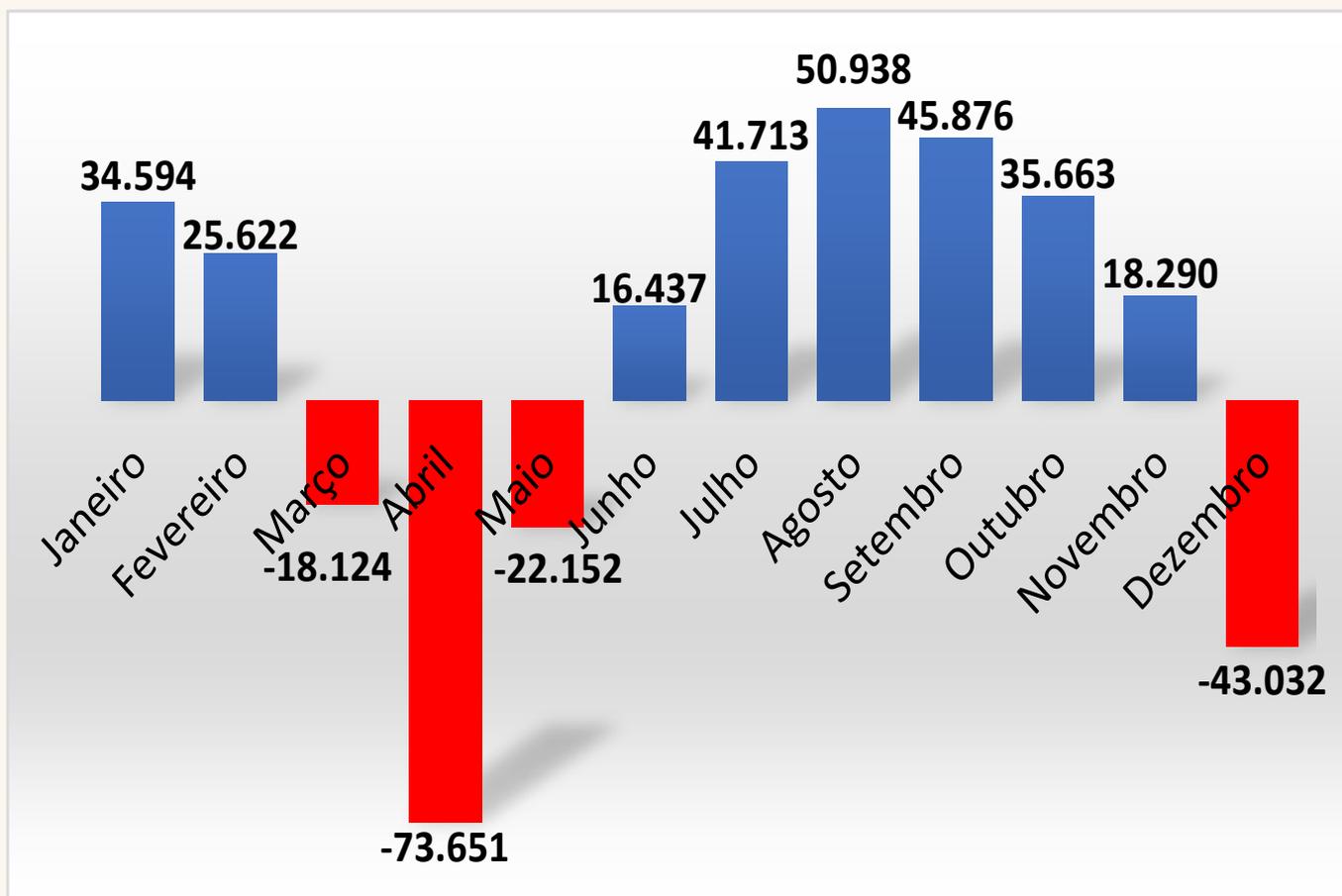
Saldo da Geração de Emprego por segmento da Construção (Dezembro 2020)



Saldo da Geração de Emprego por segmento da Construção (Acumulado - Jan/Dez 2020)



Evolução do Saldo da Geração de Emprego na Construção no ano de 2020



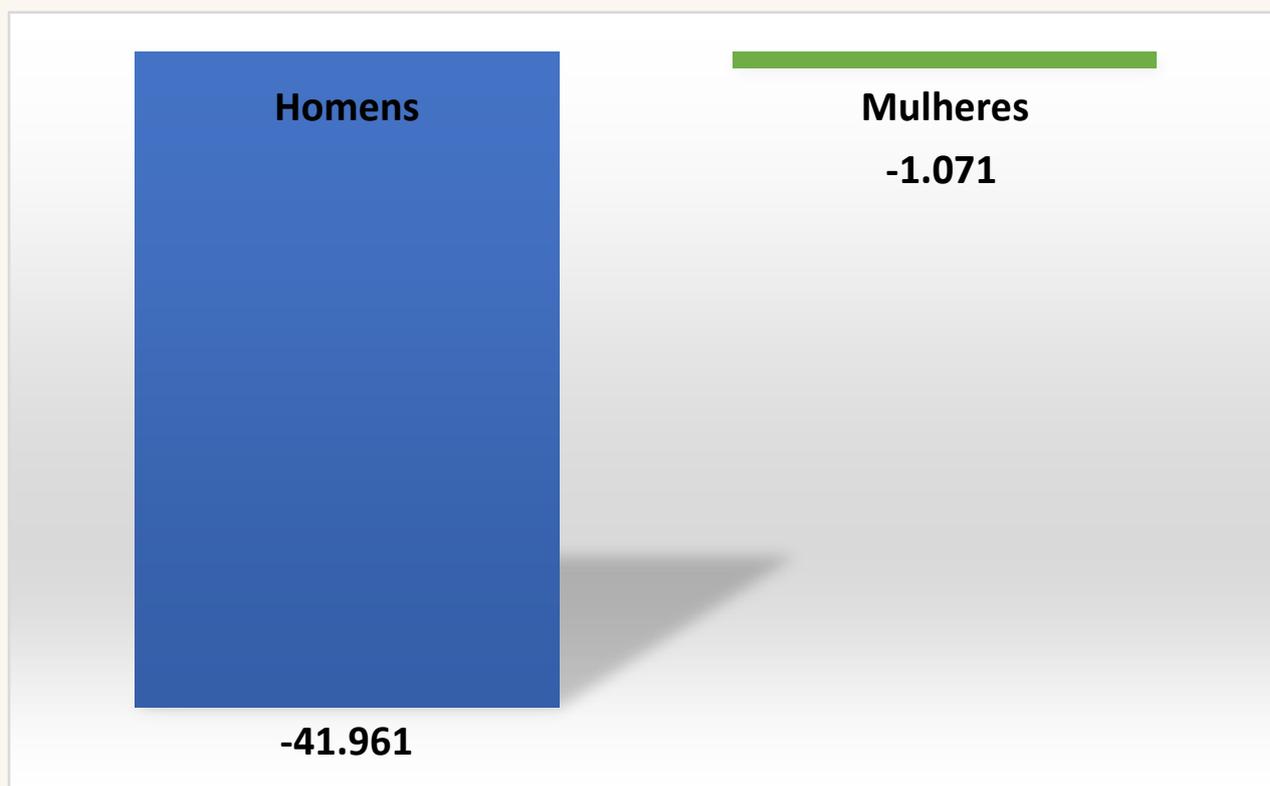
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por Unidade da Federação
(Dezembro 2020)

Região	Admitidos	Desligados	Saldo
NORTE	5.391	10.350	-4.959
Rondônia	310	854	-544
Acre	141	341	-200
Amazonas	973	1.242	-269
Roraima	605	243	362
Pará	2.502	6.649	-4.147
Amapá	197	195	2
Tocantins	663	826	-163
NORDESTE	15.869	24.731	-8.862
Maranhão	1.519	2.760	-1.241
Piauí	986	1.057	-71
Ceará	2.790	4.186	-1.396
Rio Grande do Norte	1.072	2.111	-1.039
Paraíba	1.652	1.187	465
Pernambuco	2.235	3.756	-1.521
Alagoas	851	1.095	-244
Sergipe	507	879	-372
Bahia	4.257	7.700	-3.443
SUDESTE	50.945	65.501	-14.556
Minas Gerais	15.863	22.769	-6.906
Espírito Santo	2.125	3.327	-1.202
Rio de Janeiro	5.723	7.977	-2.254
São Paulo	27.234	31.428	-4.194
SUL	13.584	21.600	-8.016
Paraná	5.628	9.252	-3.624
Santa Catarina	3.230	6.201	-2.971
Rio Grande do Sul	4.726	6.147	-1.421
CENTRO-OESTE	7.266	13.905	-6.639
Mato Grosso do Sul	801	1.450	-649
Mato Grosso	1.701	3.837	-2.136
Goiás	3.362	5.868	-2.506
Distrito Federal	1.402	2.750	-1.348
NÃO IDENTIFICADO	3	3	0
TOTAL	93.058	136.090	-43.032

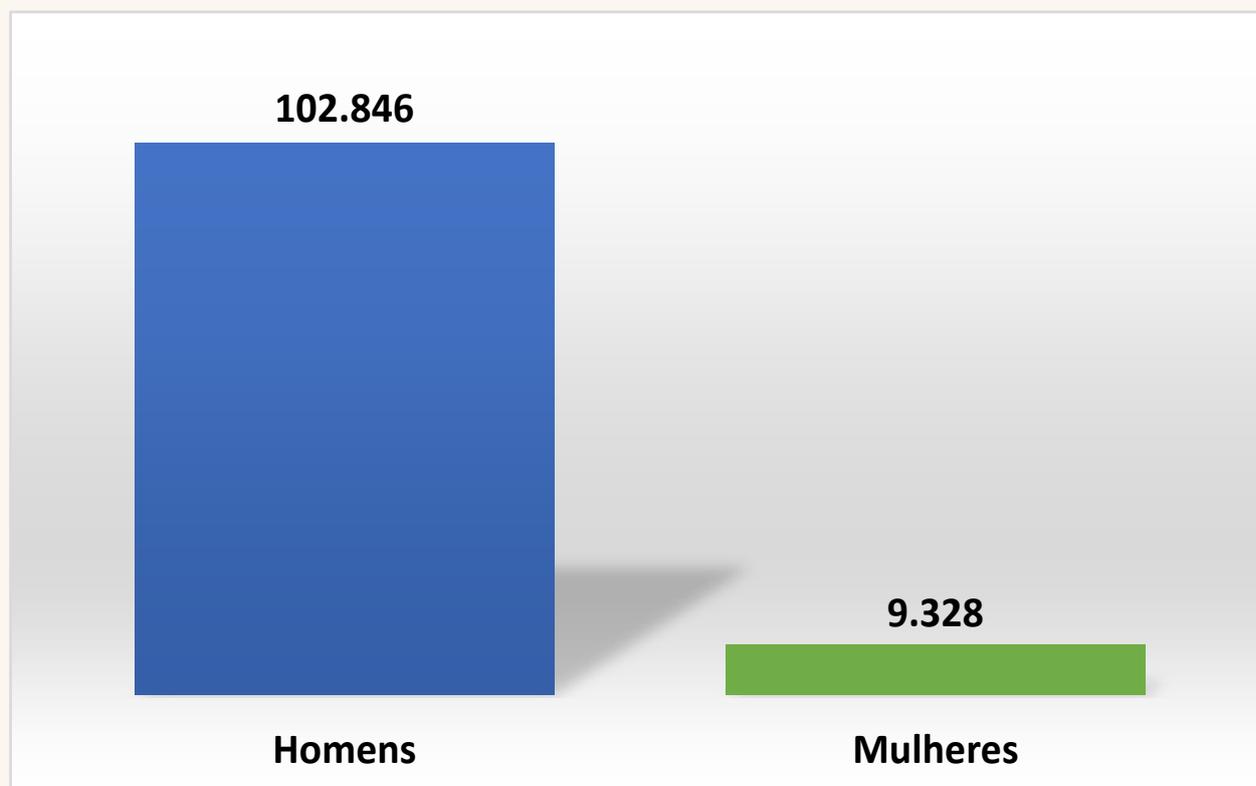
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por Unidade da Federação
(Acumulado - Jan/Dez 2020)

Região	Admitidos	Desligados	Saldo
NORTE	102.971	92.751	10.220
Rondônia	7.684	8.703	-1019
Acre	2.973	2.801	172
Amazonas	15.464	14.790	674
Roraima	5.039	3.340	1.699
Pará	57.362	52.007	5.355
Amapá	2.942	2.852	90
Tocantins	11.507	8.258	3.249
NORDESTE	285.605	268.086	17.519
Maranhão	29.651	25.568	4.083
Piauí	15.079	13.953	1.126
Ceará	47.022	41.025	5.997
Rio Grande do Norte	21.481	20.013	1.468
Paraíba	23.039	16.800	6.239
Pernambuco	40.113	42.313	-2.200
Alagoas	15.169	12.758	2.411
Sergipe	10.741	11.839	-1.098
Bahia	83.310	83.817	-507
SUDESTE	772.810	720.292	52.518
Minas Gerais	253.716	228.468	25.248
Espírito Santo	38.219	33.148	5.071
Rio de Janeiro	83.357	91.998	-8.641
São Paulo	397.518	366.678	30.840
SUL	263.943	244.262	19.681
Paraná	114.476	97.819	16.657
Santa Catarina	75.582	73.531	2.051
Rio Grande do Sul	73.885	72.912	973
CENTRO-OESTE	145.131	133.115	12.016
Mato Grosso do Sul	17.326	17.061	265
Mato Grosso	36.358	32.978	3.380
Goiás	62.719	56.467	6.252
Distrito Federal	28.728	26.609	2.119
NÃO IDENTIFICADO	375	155	220
TOTAL	1.570.835	1.458.661	112.174

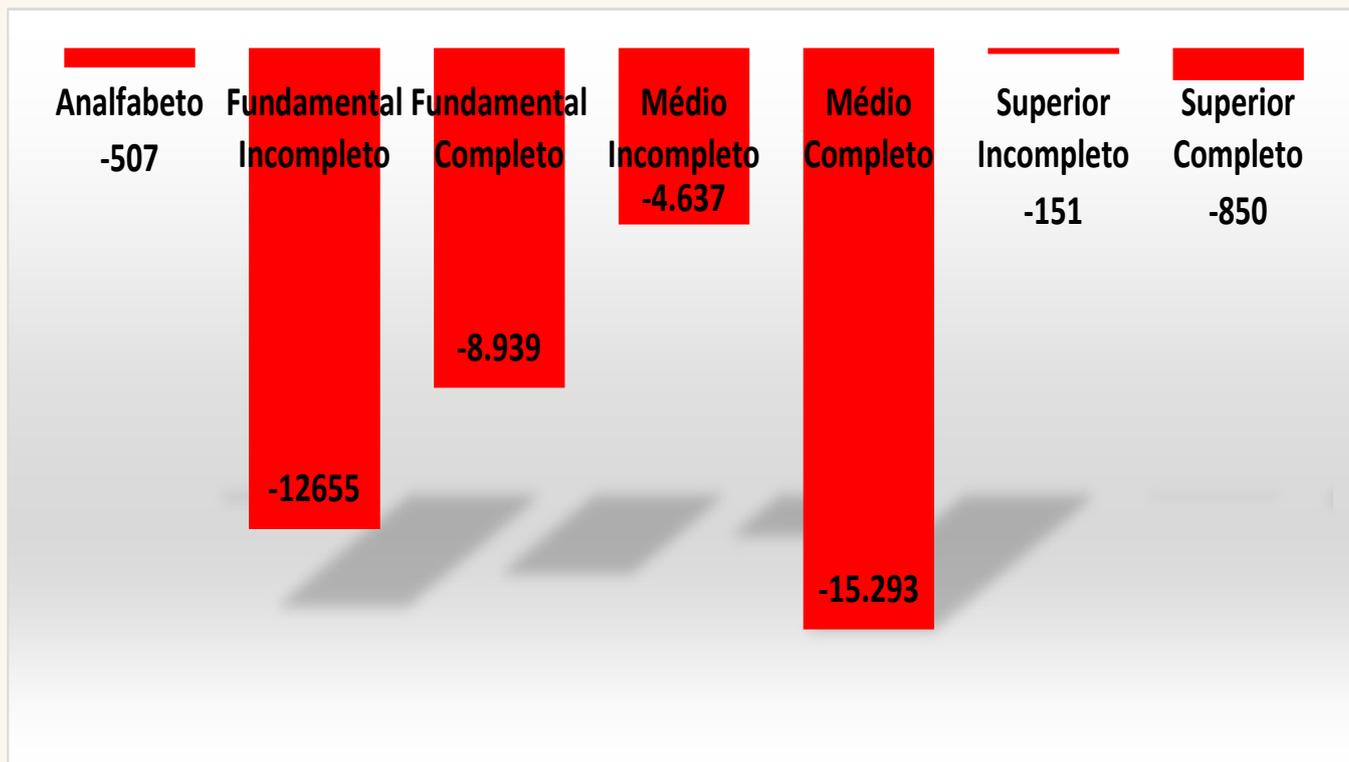
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por sexo (Dezembro 2020)



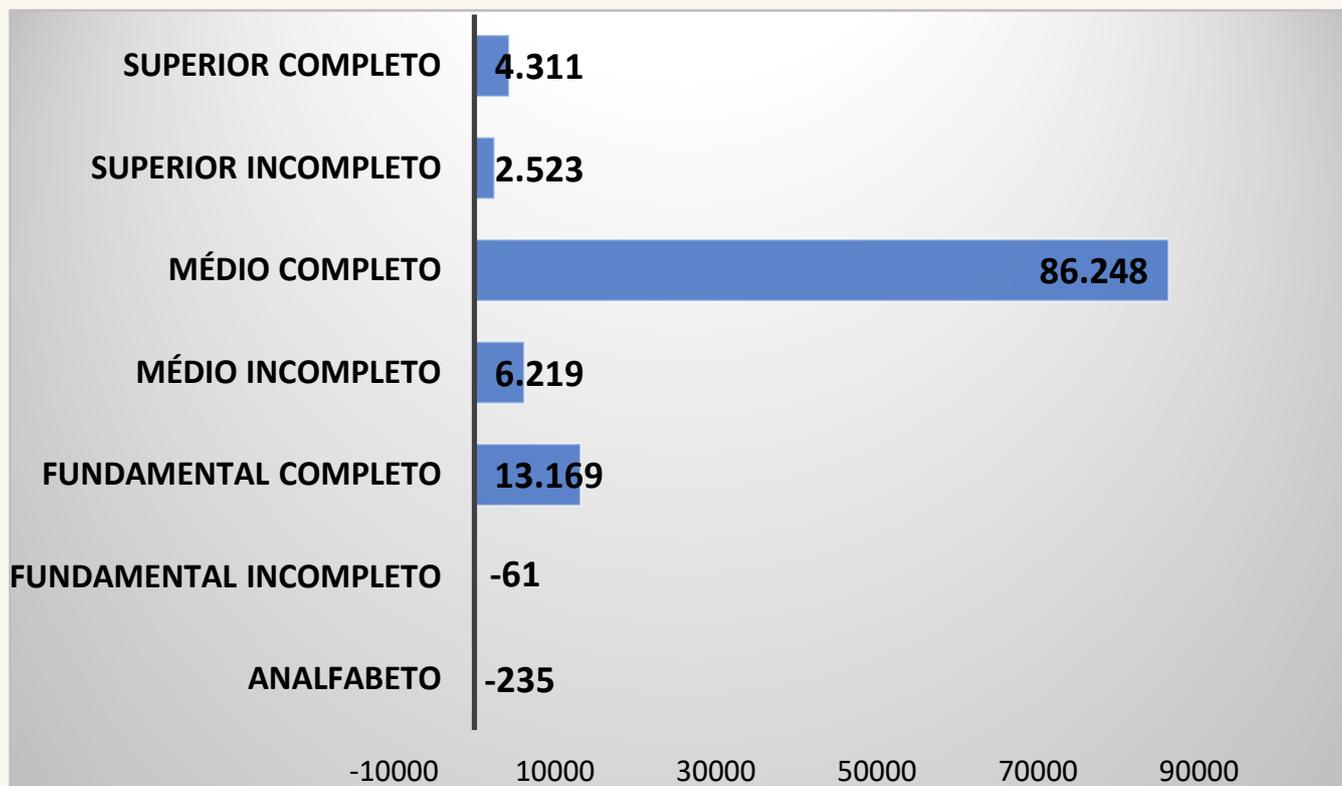
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por sexo (Acumulado – Jan/Dez 2020)



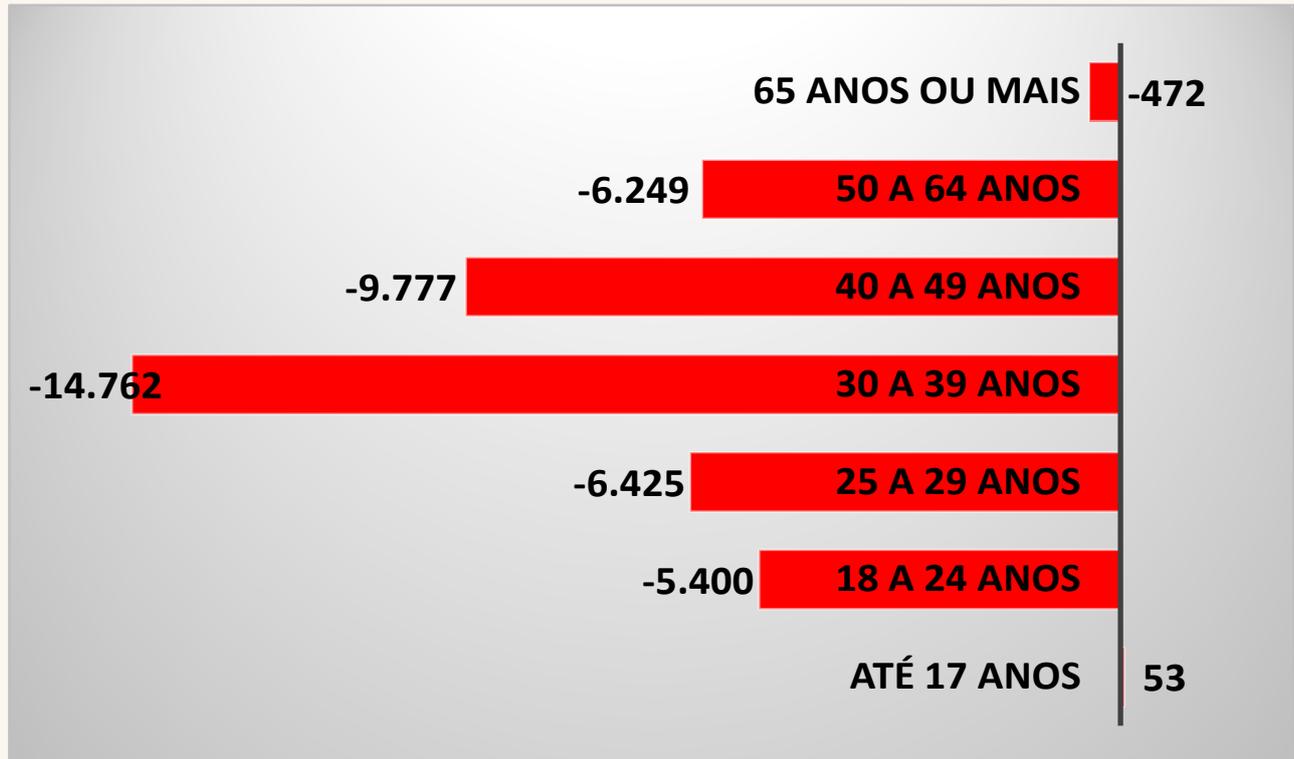
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por grau de instrução
(Dezembro 2020)



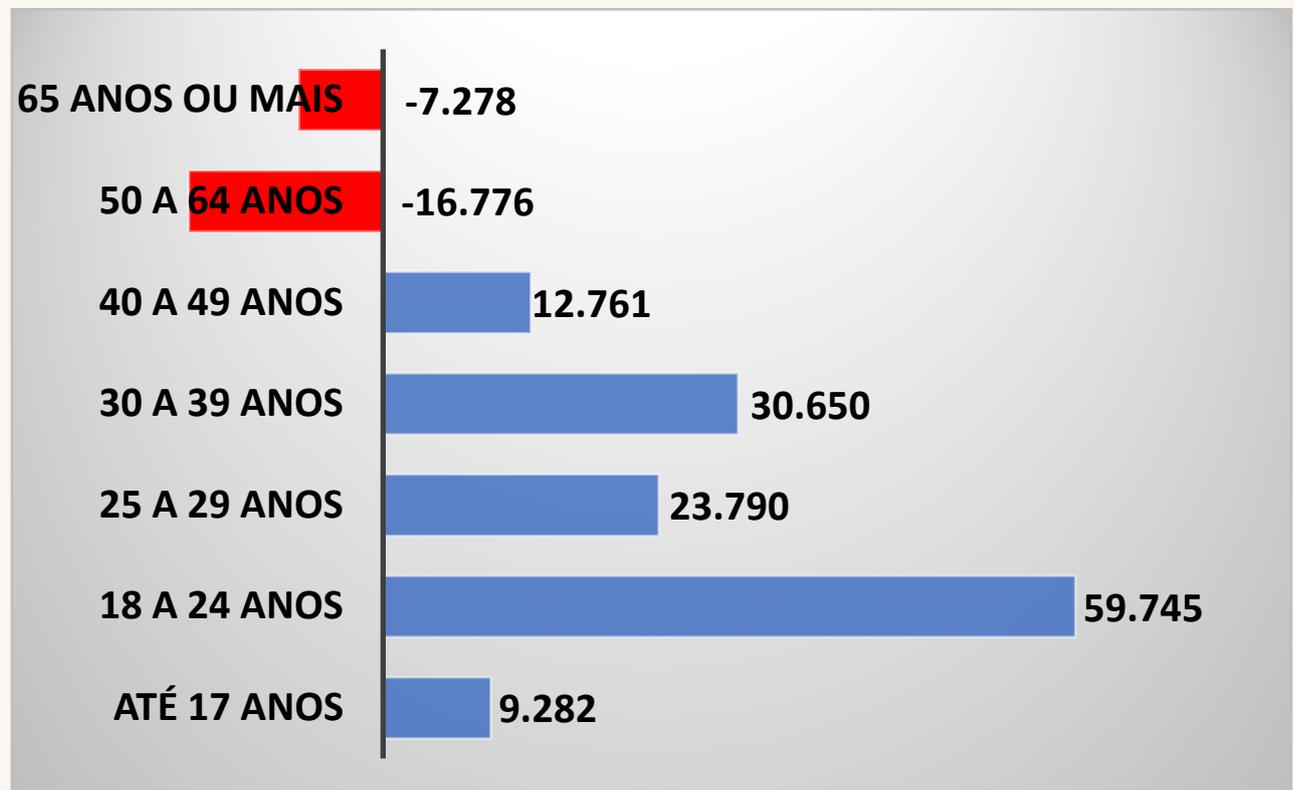
Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por grau de instrução
(Acumulado – Jan/Dez 2020)



Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por faixa etária
(Dezembro 2020)



Saldo da Geração de Emprego no setor da Construção por faixa etária
(Acumulado - Jan/Dez 2020)



Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula